

## **SOBRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS**

**Luís Mário Leal Salvador Caetano<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Trata-se de estudo sobre a proposta ventilada em alguns setores da sociedade, inclusive por estudiosos dos sistemas eleitorais, de usar somente o financiamento público em campanhas, no contexto do Brasil contemporâneo. Faz-se análise sobre o tema, sobretudo com base na principal das ideias veiculadas (proposta trabalhada por Câmara e Senado), da potencial utilização prática, efeitos normais/previstos e colaterais e a real efetividade da ideia. Contêm comparativos de gastos do governo, crítica ao atual sistema eleitoral, à falência das instituições partidárias e seus ideais e à ausência de políticos que se apresentem de forma concreta e substanciada para um dia serem eleitos nos dois sistemas debatidos (financiamento público e privado) que façam parte da elite das agremiações. Objetiva criticar, também, a fiscalização de investimentos e doações, o que pode se tornar realidade e o que se desconfia possa ser usurpado em sua passagem da teoria para a prática em ambas as propostas, concluindo que o real problema das eleições é a fiscalização, que tem por objeto algo oriundo do formato eleitoral brasileiro como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eleição. Financiamento Público. Financiamento Privado. Fiscalização.

### **ABOUT ELECTIONS PUBLIC FUNDING**

### **ABSTRACT**

It is a research about the proposal from some people in the society, including some specialists of the elections Science, of using only the public funding in policy's campaigns, taking into account the current Brazilian situation and paradigm. It takes a closer look on the most serious proposal, the one studied on the houses of legislative and executive, how it would work on reality, whether it would be good or not, and its side effects. The text contains public expenditure comparatives, critics of the current system, the death of party institutions and its ideals, as well as the lack of candidates who can present a serious government plan and be elected without being a party leader (or close to one). It aims on criticize the fiscalization on investments and donations too, what is the reality-to-be in both systems and what is only theory, concluding that the real problem is the fiscalization, that must work against something that victimize the whole electoral system.

---

<sup>1</sup> Estudante de Direito na Universidade de Uberaba; colunista no Portal MTV; autor de textos publicados em periódicos como VirtuaJus (PUC-MG), Jus Navigandi, Conteúdo Jurídico, Universo Jurídico, Portal Investidura, Jornal Jurid, Boletim Jurídico e Direito Net; e sites como o STJ Na Mídia, Associação dos Defensores Públicos da Bahia (ADEP-Bahia), cursinho IDAJ; técnico bancário da CEF em admissão; premiado em concursos culturais como o Concurso Nacional de Redação Assis Chateaubriand (2002) e concurso de redação do Museu do Zebu (2002); tradutor em nível avançado por Cambridge (Inglês/Português).

Artigo recebido em 19/07/2011 e aprovado em 11/11/2011.

**KEYWORDS:** Campaings. Government. Fiscalization. Elections. Democracy

## 1 Introdução

Em Julho de 2005, o jornal “O Globo” reproduziu entrevista com o então presidente brasileiro Luiz Inácio da Silva em que o mesmo dizia que o caixa dois feito pelo PT era algo sistematicamente feito no Brasil. Averiguado o contexto, subentende-se a afirmação de que a causa de parte da corrupção descoberta em seus mandatos era a corrente utilização de dinheiro irregular em campanhas próprias, aliadas e adversárias.

Devido então, principalmente, aos vários escândalos de corrupção que assolam o país, e as constantes ligações destes com o período eleitoral – desvio de verbas públicas para o financiamento de campanha, pagamento do “investimento” feito por empresários, dinheiro frio, em circulação em desacordo com as normas legais, entre outros – (re)nasce a ideia do financiamento público às campanhas eleitorais brasileiras.

## 2 O que é o financiamento público de campanha

Este financiamento público significaria que todo o dinheiro investido em campanha seria público, obrigatoriamente. Se por um lado a ideia parece ofensiva ao bolso do contribuinte, por outro não parece algo tão ruim a longo prazo, já que menos empresários e lobistas poderiam se aproveitar do produto ilegal dos atos praticados na no espaço de tempo entre o começo da arrecadação partidária e a gratidão material dada por pessoas corruptas em retorno ao dispêndio financeiro dos que apostaram nas mesmas.

Em 2005, ventilada pelo auge do esquema conhecido como mensalão, uma proposta de reforma política - que incluía o financiamento público para campanhas eleitorais - chegou a ser amplamente discutida, mas perdeu força, ao menos por enquanto. Em 5 de abril de 2011, a proposta foi aprovada pela Comissão da Reforma Política do Senado (Estadão, 2011), sendo, no entanto, rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça da mesma casa em 24 de agosto do mesmo ano (Terra, 2011). Entretanto, pode basear-se nessa proposta para saber (exemplificar, debater, estudar) como é

esquematizado o tronco de umas das ideias mais fortes de regimento de financiamento público – que, em caso concreto de mudança futura nesse sentido (algo ainda possível), provavelmente terá grande influência no resultado final do processo legiferante:

“A reforma política prevê o financiamento das campanhas eleitorais exclusivamente com dinheiro público. Doações de pessoas físicas e empresas são proibidas e sujeitas a punição. Em ano eleitoral, conforme a proposta, serão incluídos na Lei Orçamentária créditos adicionais para financiar campanhas eleitorais com valores equivalente ao número de eleitores do País. Os recursos serão multiplicados por R\$ 7, tomando-se por referência o eleitorado existente em 31 de dezembro do ano anterior à elaboração da lei Orçamentária. Tomando como base um eleitorado de 115 milhões de pessoas, o valor destinado à campanha seria de R\$ 805 milhões. O Tesouro Nacional depositará os recursos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral, até o dia 1º de maio do ano do pleito. Caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fazer a distribuição dos recursos aos diretórios nacionais dos partidos políticos, dentro de dez dias, contados da data do depósito, obedecendo os seguintes critérios:

- 1%, dividido igualitariamente entre todos os partidos com estatutos registrados no TSEI;
- 14%, divididos igualitariamente entre os partidos e federações com representação na Câmara dos Deputados;
- 85%, divididos entre os partidos e federações, proporcionalmente ao número de representantes que elegeram na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.”

(Câmara dos Deputados, 2005)

O texto, retirado na íntegra do sítio da Câmara dos Deputados, é de 5 de Julho de 2005.

### 3 O problema do financiamento privado

O financiamento direto das campanhas políticas no Brasil, hoje, é inteiramente privado – feito tanto por pessoas físicas quanto por jurídicas. Até o problema com as “sobras de campanha” de PC farias, na era Collor, apenas pessoas físicas podiam contribuir (ROLLO, 2011). A lei 9096/95 instituiu limite às doações feitas por pessoa jurídica, posteriormente alterado pela lei 9504/97, vigente até hoje, que estabelece a limitação de doação de 2% (dois por cento) do faturamento fiscal bruto anual do exercício anterior ao ano da eleição. Interessante notar, como o fez Márcio Nuno Rabat, que mesmo esta limitação, ao contrário da referente à de doações de pessoas física, está na parte de “Disposições Transitórias”, algo que talvez indique a ânsia por maior regulamentação do tema – o que ainda não aconteceu (RABAT, 2011).

Com o passar do tempo, notou-se uma constrangedora e insustentável situação do chamado caixa-dois, espécime de fundo fomentador ilegal, alimentado monetariamente por doações de quem não poderia fazê-lo – o principal problema costumava ser com as pessoas jurídicas. Não havia declaração de riquezas e doações verdadeiras e, dificilmente, ficavam provados vínculos entre as pessoas jurídicas “investidoras” e os eleitos, o que dificultava as investigações e a punição de favores em via contrária para as pessoas que acreditavam economicamente na eleição de pseudo-prepostos.

É essencial lembrar, neste ponto do trabalho, que em regulamentações anteriores às leis citadas acima, a justiça eleitoral sequer fiscalizava as contas partidárias. Os líderes das agremiações demonstravam publicamente aos seus colegas de outros grupos a prestação de contas e, assim, a corrupção encontrava campo para cumplicidade – ora, ninguém fiscalizaria a conta dos outros, para não ser vigiado também. Conveniente.

A solução encontrada para isso foi a legalização da doação feita por pessoas jurídicas, como dito, desde que respeitados os pressupostos objetivos, como o valor; e subjetivos, como, por exemplo, restrições, à capacidade de doar de determinados entes jurídicos, conforme previsto no artigo 24 da lei 9504/97:

“Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- I - entidade ou governo estrangeiro;
- II - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
- III - concessionário ou permissionário de serviço público;
- IV - entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- V - entidade de utilidade pública;
- VI - entidade de classe ou sindical;
- VII - pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.
- VIII - entidades beneficentes e religiosas;
- IX - entidades esportivas
- X - organizações não-governamentais que recebam recursos públicos
- XI - organizações da sociedade civil de interesse público. Parágrafo único. Não se incluem nas vedações de que trata este artigo as cooperativas cujos cooperados não sejam concessionários ou permissionários de serviços públicos, desde que não estejam sendo beneficiadas com recursos públicos, observado o disposto no art. 81” (BRASIL, 2011)

À época pensou-se que como toda doação possível seria feita às claras, qualquer vínculo material ou moral entre eleitos e incentivadores seria constatado. Assim, a fiscalização da “materialização” da

gratidão – vantagens ilícitas, econômicas, como em licenciamentos, financiamentos, isenções de impostos e taxas em investimentos feitos, licitações – seria facilmente vista e, claro, punida (não só de direito, na justiça, como pelo povo, que não mais elegeria a pessoa corrupta).

Ledo engano. A partir do fato notório conhecido como “mensalão”, publicizaram-se as políticas partidárias do caixa dois, de como produzir dinheiro eleitoral sem que sobre ele recaíssem suspeitas. Note-se que este crédito é ainda mais valioso em termos de ajuda, porque, por maior que seja, se não descoberto por meio de investigações muito intrincadas, a indevida ligação entre os envolvidos nunca será sequer suspeita. Pode-se dizer que os valores do caixa oficial só aparecem porque seria inaceitável dizer que não há doação nenhuma para a campanha.

Assim, forma-se claro círculo vicioso: há doações ilegítimas para os candidatos; estes são eleitos; retribuem com vantagens; o sistema finalmente se mostra lucrativo, e os investimentos retornam para a famigerada reeleição. É o uso da máquina pública às avessas na eleição e em seu período pós-eleitoral. Não bastassem o assistencialismo (uso da máquina pública para fomento social não construtivo em termos de melhoras nas condições de fuga social de classe econômica menor para maior), a propaganda, a eventual censura à imprensa – “democraticamente” positivados - há também esta obscura faceta do erário pagando pela chegada de um administrador para o mesmo mais do que sua legítima remuneração.

Cabe salientar, contudo, que é de acordo com Estado Democrático de Direito alguém financiar uma campanha por acreditar no trabalho e/ou nas juízos de determinada pessoa, algo que é recorrente, aliás, nas grandes ideias históricas e lutas políticas que o mundo já teve – sendo a sustentação financeira do industrial Engels para a produção literária do socialista Marx um dos casos clássicos de legítima crença na ideia alheia.

#### 4 Aspectos relevantes sobre o financiamento público

Far-se-á, agora, algumas análises estatísticas e críticas em relação ao financiamento público, sobretudo com base na proposta apresentada no começo desta obra. São objetos desta parte da pesquisa números comparativos de diferentes áreas de investimento estatal, a formação do eleitorado brasileiro, aspectos formais e fiscalização, conforme os são hoje (ou eram na época da formação do projeto de lei central deste debate) e podem ser em futura mudança legal.

#### 4.1 O valor do repasse: comparativo e crítica

Como os números de 2005 consideram a realidade de 2004, no projeto apresentado no início do trabalho, deve-se ter uma ideia do exorbitante montante que o governo deseja repassar, *a priori*, para os partidos. A verdade é que se a máquina pública é rica e vem enriquecendo (muito por causa de uma conjuntura internacional favorável aos emergentes que tinham menos investimentos externos quando a crise mundial aconteceu, em 2008), isso não quer dizer que ela gasta bem. Segundo dados retirados do sítio oficial do INEP, o valor de repasse aos partidos é equivalente à média dos gastos federais com financiamento estudantil (que é menor que o repasse) e com bolsas (um pouco maior), em 2004 e 2005. Ainda segundo o instituto, corresponde também a em torno de 75% do repasse para estados e 60% para municípios investirem em educação no primeiro ano e 50% e 40% do repasse no segundo ano. Vale lembrar, porém que o ano de 2005 foi o anterior ao da eleição presidencial de 2006, quando o então presidente Luiz Inácio da Silva pleiteou a reeleição – sendo bem sucedido. Não seria anormal que a cada ano de eleição, um novo cálculo, com aumento do número de eleitores, fosse feito e, assim, que estas porcentagens se equiparassem às do ano anterior, ainda mais quando considera-se que o leigo eleitor não acompanha e fiscaliza toda movimentação financeira estatal para poder avaliá-la corretamente (algo realmente difícil).

Faz-se mister lembrar também que, por meio da dedução de imposto de renda e da diminuição da arrecadação advindo do espaço ocupado pelo horário político gratuito, só para as redes de TV é destinado 1 (um) bilhão de reais (números da eleição de 2010), na forma de isenção de tributos que deveriam ser pagos ao governo (MORAES, 2011).

Esta clara inversão de valores fática poderia ser explicada dogmaticamente pelo Direito, dizendo que os partidos políticos são peças-chave da democracia. Isso não deixa de ser verdade, evidente. Mas a verba da “propaganda de maquiagem”, do “corpo-a-corpo”, só vista a cada eleição, dos partidos sem ideais e pessoas corruptas são deturpações da beleza histórica e relevância que a construção de agremiações idealizadoras representa para a sociedade. Mais a respeito disso será dito oportunamente.

#### 4.2 As formas de eleição e as pessoas envolvidas

Outra proposta, tida como necessária para a utilização partidária de verbas públicas, é o uso das “listas fechadas”. Para entender: hoje são usadas “listas abertas”, ou seja, a ordem das pessoas que ocuparão os cargos concorridos é definida pela votação, pessoal ou partidária. Mesmo que no caso do sistema de representação isso não tenha um sentido tão estrito, já que o prestígio pessoal de uns acabam levando pessoas desconhecidas e sem chance alguma de serem eleitas para o Congresso, os eleitores ainda votam na pessoa física. Cabe, claro, a crítica a este sistema: em consulta ao INEP, vê-se que o Brasil é um país em que 57% dos eleitores sequer concluíram o Ensino Médio na escola e o analfabetismo, mesmo que funcional, é enorme. Há uma clara consequência de alienação política do grande público, que não consegue se comunicar com as camadas instruídas da sociedade, as quais apontam as mazelas governistas. Quer dizer, não adianta falar que o país está com a economia estagnada; que o período de melhora se deveu mais ao acaso e incompetência anteriores; que mesmo o que melhorou podia ser melhor com pessoas mais honestas no poder; (algo que pelo jeito ninguém mais exige de um candidato, propagando-se um senso comum de que qualquer político é corrupto, e deve-se dele exigir apenas que não cruze os braços uma vez eleito); se, para o cidadão que não tem discernimento para entender de política e economia, a vida dele parece estar melhor em relação a antes, mormente com maior renda – e a vida de seus semelhantes, como diziam os discursos daquele que se declarava operário, também. Enfim, as pessoas não conseguem entender os partidos, o que eles são, o que querem, quais as consequências de votar nos “puxadores de votos” - figura infelizmente encarnada pelo ex-palhaço Tiririca, e entendida como necessária eleitoralmente pelos partidos por causa principalmente de Enéas Carneiro e a sua eleição para deputado federal em 2002, quando levou outros cinco candidatos inexpressivos do Prona à bancada com quase tão somente seus votos. As agremiações, por sua vez, perderam suas identidades, não tem mais reais ideais, não fazem oposição inteligente. Postulam o seu espaço político em um ministério ou outro, sob pena de votarem contra os projetos do governo, bons ou não. Não mais faz sentido esta eleição essencialmente partidária.

Voltando ao assunto principal, as listas fechadas são a ordem das pessoas eleitas pelos partidos conforme estes fossem angariando cadeiras ao lado das torres gêmeas do planalto. Para entender: se o candidato A for mais votado que B, mas só uma vaga estiver disponível para o partido e B for listado primeiro, somente este será eleito. Deve-se cautela a esta hipótese porque ao se continuar com a propaganda individual dos candidatos, nele as pessoas poderiam votar, não vendo, porém, seu candidato perto de representá-las. Nesse caso, para o imaginado surtir o desejado efeito positivo, tanto a propaganda quanto os votos deveriam ser apenas nas legendas – mas, em face do já apresentado, o descrédito partidário não aduz muito sentido a essas práticas.

#### 4.3 As cotas da proposta e seus efeitos

Olha-se agora para os valores apresentados na proposta trabalhada no começo deste artigo, no capítulo 4 (quatro). Há, primeiro, complicações na questão do que vai ou não para cada partido. Bem, se 1% (um por cento) vai para cada partido com estatuto registrado, pode-se incentivar o contrário do que a política partidária de anos atrás tentou. Os partidos de maior representatividade (ou, pelo menos, com a representatividade necessária para isso) poderiam se dividir para conseguir um pouco mais de dinheiro – tirando, ao mesmo tempo, dos outros. É claro que isso é difícil, porque partidos divididos tendem a perder força ou mesmo parcela do resto do dinheiro (99%, ou seja, maioria esmagadora). Entretanto, considerando que muitas pessoas fazem a carreira na política sem conseguir se eleger, não será surpresa alguma alguém colocar em prática esse plano apenas para apropriar-se de determinada quantia monetária – sobretudo pessoas de partidos minúsculos, se estas forem desonestas e sem verdadeiras aspirações políticas, claro.

Os próximos 14% (quatorze por cento) vão para quem conseguiu eleger algum deputado, dividido igualmente não importa o número desses (importante ressaltar o detalhe de que o projeto de lei faz com que sejam considerados, para efeitos de distribuição do montante, apenas os eleitos da casa executiva do Congresso). Já há aqui um desserviço à democracia. Ora, se o uso da máquina pública, forte como ela é, já é tão criticado (e de alguma forma coibido), colocar 14% (quatorze por cento) do dinheiro público nas mãos de quem já foi eleito só fará com que as pessoas que uma vez estiveram no poder possam se reeleger. Esta constatação fica ainda pior quando os outros 85% (oitenta e cinco por cento) de verba são divididos exatamente de acordo com a representação na Câmara. Ora, de que vale então a carreira política, o ativismo social, a história e as obras pessoais – tudo aquilo que uma pessoa de honesto caráter político faz na vida – se ela não poderá concorrer com os mais fortes (que serão eleitos às custas de seus tributos)?

É claro que, em teoria, ela poderá se filiar a grandes partidos. No entanto são eles entidades independentes, que poderão aceitar ou não a candidatura de outras pessoas. Aliás, elementos “fortes” dentro do grupo não devem abrir mão de seu lugar de destaque. Deverão ser sempre eles os eleitos – especialmente no caso das tais listas fechadas – os de maior estrutura de apoio, maior propaganda disponível, maior poder interno. Ao mesmo tempo, poderiam acabar tanto os partidos pequenos – e junto com eles qualquer chance de volta à idealização que fundava partidos que um dia poderiam se



tornar grandes, como o próprio PT – quanto os bons candidatos. Eles simplesmente não teriam a chance de ao menos serem, na prática, elegíveis, ainda que hoje a chance real destes serem eleitos seja pequena.

Condena-se, ainda, a prática do uso do dinheiro estatal para estas eleições, pelo fato de ser moralmente reprovável o uso dos recursos onerosos ao contribuinte para custeio de algo desacreditado e não tido como essencial pelos mesmos. Afinal, os partidos sobreviveram, até agora, sem o dinheiro público, e a desconfiança dos cidadãos em relação à honestidade de partidos e políticos é latente.

#### 4.4 A fiscalização

Ao se cogitar a hipótese do gasto de dinheiro público para os fins aqui estudados, a fiscalização aparece sob dois aspectos: o primeiro, como fato – é mais fácil fiscalizar algo se já se sabe a fonte, o nascedouro; o segundo é a necessidade: sem fiscalização de contas e definições orçamentárias, o dinheiro público poderá apenas ser desperdiçado.

A primeira parte é deveras fácil. Não haverá complicação alguma em conferir se o repasse foi feito corretamente para as agremiações partidárias. Depois ficará mais complicado, pois deverá saber como o dinheiro foi gasto, e aí a utilização de laranjas e notas frias, especialmente por candidatos beneficiados pelo privilégio da morosidade e dívida política do clero judicial, deverá dificultar o processo. Caberão, claro, investigações, sobretudo da Polícia Federal, e atuação exemplar do Ministério Público da União (entre outros) para dar destino íntegro ao dinheiro do contribuinte.

Esta última parte já entra no segundo aspecto, hoje especialmente fracassado, infelizmente, mas que os defensores da proposta aqui discutida afirmam ter maior chance de sucesso com a mesma.

O problema é que caberá também a necessidade de confiar na ética dos personagens políticos, hoje tão desacreditada. A dizer: a fraude dos institutos de pesquisa oficiais, as reformas legais que possam aumentar o repasse de verbas ou alterar a forma das mesmas acontecerem não parecem nem um pouco distantes da realidade contemporânea brasileira.

Ainda no tocante à fiscalização, o assunto converge para o questionamento mais delicado: como realmente saber se não há nenhum investimento de entes privados nas candidaturas? A verdade é que não há como ter certeza disso. Se esta fiscalização fosse simples, já seria feita antes. Entretanto, ela é mal feita, e quando é certa, não necessariamente consegue ver o problema todo – não atinge todos os partidos, todas as doações – aliás, provavelmente nem mesmo todas as doações feitas por aquela empresa, àquele partido. Ora, partindo da premissa de que se sabe sobre a fonte do dinheiro é mais fácil

fiscalizá-lo, nada disso deveria acontecer. O locupletamento partidário ilícito tem lugar, na verdade, porque parte do montante – de sua geração, ao seu envio ao partido – está fora do eixo de fiscalização, o que invariavelmente acontece em ambos os sistemas de financiamento de campanha.

Em um raciocínio lógico agora, cabe pensar: se haverá dinheiro público para as campanhas gastos concomitantemente com o dinheiro empregado nas fiscalizações e ainda com o de doações ilegais, qual o sentido de acabar com o atual sistema?

A fiscalização do que é ilegal já se tornou praticamente impossível em um país enorme como o Brasil, não só das doações, como também das drogas, das armas, de tráfico de pessoas... Aliás, se de dentro de presídios alguns criminosos comandam o tráfico e a execução de pessoas, entre outras atividades ilícitas, o que pensar sobre a efetividade da fiscalização sobre movimentações financeiras como um todo? Achar que ela irá funcionar agora é só ilusão.

## 5 Sugestões

Uma sugestão para acabar com o abuso de poder aquisitivo, que constrói propagandas enganosas angariando votos de desavisados, é limitar, de alguma forma, a campanha. Por exemplo: só serão usados os tempos obrigatórios de horário eleitoral gratuito da TV e do rádio, além de cada candidato poder ter uma página na rede mundial de computadores. Fora isso, qualquer propaganda seria proibida.

Assim, faz um pouco mais de sentido, tanto a proposta de financiamento público quanto a de privado, a dizer: o dinheiro recebido só faria real diferença até certo ponto (contratando melhor diretor de propaganda, por exemplo, ou melhor roteirista). Além disso, alguma verba para pesquisas de opinião poderia ser legalizada também, já que parece imprescindível o candidato se moldar de acordo com os anseios populares – e é preciso contestar as pesquisas de opinião públicas de outros institutos também, ou estas poderiam induzir o eleitorado nacional.

O tempo de aparição na TV e no rádio também poderia ser dividido igualmente entre partidos, especialmente quando consideramos que hoje um partido oficial não nasce mais da pura vontade de idealizadores, como foi mostrado pelo recente imbróglio que envolveu a criação da nova sigla de Gilberto Kassab, o PSD. A dizer: menos tempo para inobjetividade eleitoral, como mostrar o “sorriso da Dona Maria” e a “felicidade do Seu João”. O tempo deve ser usado unicamente para apresentar propostas, mostrar o que a pessoa já fez ou deixou de fazer, coisas importantes e reais, não com alguns pobres atores de ocasião. Poder-se-ia alegar que o nascimento dos partidos pequenos se tornaria quase

impossível (por vieses políticos, com prováveis novas restrições, para que isso acontecesse), mas poderiam ser criadas algumas regras, como o nível de comoção social, a legalidade das ações, idoneidade dos integrantes, o que já foi feito ou não pelos mesmos em tempos de fundação ativista (um caminho quase necessário para os partidos que não nascem de dissidências internas de outros) para que mais partidos fossem concebidos.

O que se quer dizer aqui é que se as propagandas e os atos eleitorais forem limitados, o uso do dinheiro será menor. Isso também não afetaria a democracia, já que os eleitores saberiam muito bem onde e quando encontrarem as propostas de seus candidatos.

Aliás, essencial também para a realização de eleições realmente democráticas é o voto não ser mais considerado obrigatório – pressuposto básico do Estado Democrático de Direito. Assim, os candidatos teriam finalmente que mostrar serviço no poder e ter uma obra de vida realmente grandiosa, ou não haveria tanta gente lutando por sua manutenção em época de reeleição sem o despertar mecânico da democracia que o voto obrigatório traz para os eleitores de hoje.

## 6 Considerações Finais

Apresentado o presente estudo, fica claro o equívoco do pensamento de que com o uso do dinheiro público nas campanhas eleitorais, o fomento ilegal de candidaturas, que posteriormente será pago “com juros e dividendos”, de diversas formas, já ditas.

O problema encontra-se na fiscalização do que é ilegal, não do que é legal. Esta fiscalização continuará não sendo eficaz, e o poder aquisitivo partidário continuará conquistando eleitores enganados pela propaganda mais incisiva e/ou convincente.

A limitação da propaganda partidária pode ser uma boa saída para resolver o problema, já que não cabe ao Direito esperar pelo crescimento moral das pessoas, e sim coibir o que é errado com as suas amarras legais.

## 7 Referências

AZEVEDO, Reinaldo. **Comandada por réu no Supremo, CCJ inclui pauta anistia a mensaleiros.** Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/tag/mensalao/>> Acesso em 15 set. 2011.

BRASIL, Agencia. **Advogado de Marcos Valério quer provar que mensalão nunca existiu.** Correio Braziliense. Disponível em:

<[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/07/08/interna\\_politica,260353/advogado-de-marcos-valerio-quer-provar-que-mensalao-nunca-existiu.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/07/08/interna_politica,260353/advogado-de-marcos-valerio-quer-provar-que-mensalao-nunca-existiu.shtml)> Acesso em 03 out. 2011.

BRASIL. **Lei 9096.** 3. ed. São Paulo: Vade Mecum, 2011.

BRASIL. **Lei 9504.** 3. ed. São Paulo: Vade Mecum, 2011.

BRASIL. **Lei 12.034.** 3. ed. São Paulo: Vade Mecum, 2011

COUTINHO. Carla, M.; **As apostas eleitorais das concessionárias de serviço público: captação ilícita de recursos como abuso de poder econômico em campanha eleitoral.** Revista de Direito Público. Porto Alegre de: UFRS. 2010. p. 204 -217

FINANCIAMENTO público de campanha. **Câmara dos deputados.** Jul 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/70184.html>> Acesso em 27 set. 2010.

FINANCIAMENTO público de campanhas. **Wikipedia.** Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Financiamento\\_p%C3%BAblico\\_de\\_campanhas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Financiamento_p%C3%BAblico_de_campanhas)> Acesso em 27 set. 2010.

FINANCIAMENTO público de campanhas divide opiniões. **Assembléia de Minas.** Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not\\_547938.asp](http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_547938.asp)> Acesso em 20 set. 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornais: falsos empréstimos do mensalão somam R\$ 75 mil, diz Gurgel.** Congresso em foco. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/jornais-falsos-emprestimos-do-mensalao-somam-r-75-mi-diz-gurgel/>> Acesso em 04 set. 2011.

FREITAS, Ivan. **Mensalão: José Dirceu pode pegar 11 anos de prisão – total 36 réus.** Capixabão.com. Disponível em: <<http://www.capixabao.com/v3/noticia/7403/politica/mensalao-jose-dirceu-pode-pegar-111-anos-de-prisao-total-36-reus/>> Acesso em 04 set. 2011.

GASTOS com educação. **INEP.** Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/despesas\\_publicas/P.N.\\_federal.htm](http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/despesas_publicas/P.N._federal.htm)>. Acesso em 27 set. 2010.

HONORATO. Carlos. **Lula diz que caixa dois é “intolerável” e critica Delúbio.** Estação da notícia. Disponível em: <<http://www.estacaodanoticia.com/index/comentarios/id/997>> Acesso em 05 out. 2010.

LIMA. Edmo. **Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais no Brasil.** Jus Navigandi. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12487/financiamento-publico-exclusivo-de-campanhas-eleitorais-no-brasil>> Acesso em 06 out. 2010.

LINCE, Leo. **Em defesa do financiamento público de campanha.** Fundação Lauro Campos. Mai 2009. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/eleicoes/53-artigo/919-em-defesa-do-financiamento-publico-de-campanha>> Acesso em 23 set. 2010.

LÔBO, Cristiana. **Mão na massa.** G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/cristianalobo/2011/04/13/mao-na-massa/>> Acesso em 29 set. 2011.

MAGAZINE. Terra. **Caixa dois é pratica corriqueira no Brasil.** Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI975955-EI6578,00.html>> Acesso em 09 de set. 2011.

MIDANDA, Ricardo. **Virei pregador do fim da ética.** Istoé Independente. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/4782\\_VIREI+PREGADOR+DO+FIM+DA+ETICA](http://www.istoe.com.br/reportagens/4782_VIREI+PREGADOR+DO+FIM+DA+ETICA)> Acesso em 30 set. 2011.

MORAES. Eduardo. **Propaganda eleitoral gratuita custa R\$ 242 milhões aos cofres públicos.** Blog do Eduardo. Disponível em: <<http://blogdoeduardomoraes.com/blog/?p=216>> Acesso 5 out. 2011.

RABAT. Márcio Nuno. **O financiamento de campanhas eleitorais no Brasil e a proposta de financiamento público exclusivo.** Biblioteca Digital Câmara. Câmara dos Deputados. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6284/financiamento\\_campanhas\\_rabat%20.pdf?sequence=1](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6284/financiamento_campanhas_rabat%20.pdf?sequence=1)> Acesso 08 de out. 2011

RAMON, Jander. **Lula: PT fez o que é feito no Brasil sistematicamente.** Economia do Brasil. Disponível em: <<http://www.aeconomiado brasil.com.br/artigo.php?artigo=155>> Acesso em 05 out. 2011.

RODRIGUES, Alexandre. **Presidente do STF critica financiamento público de campanha.** Estadão. Abr 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,presidente-do-stf-critica-financiamento-publico-de-campanha,350839,0.htm>>. Acesso em 24 set. 2010.

RODRIGUES, Fernando.; LIMA, Daniela. **Kassab lança novo partido com apoio em 9 estados.** Folha.com. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/890948-kassab-lanca-novo-partido-com-apoio-em-9-estados.shtml>> Acesso em 28 set. 2010.

ROLLO, Alberto Lopes Mendes. **Financiamento público de campanha eleitoral é um equívoco.** Conjur. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2005-jun-27/recurso\\_publico\\_campanha\\_eleitoral\\_equivoco](http://www.conjur.com.br/2005-jun-27/recurso_publico_campanha_eleitoral_equivoco)> Acesso em 27 set. 2010.

ROLLO, Alberto Lopes Mendes. **Reforma política financiamento público de campanha.** Universo Jurídico. Disponível em: <<http://www.uj.com.br/Publicacoes/Doutrinas/default.asp?action=doutrina&coddou=2022>> Acesso em 27 set de 2010.

TERRA, Redação. **Houve caixa dois, não mensalão, diz o advogado de Marcus Valério.** Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5230982-EI7896,00-Houve+caixa+dois+nao+mensalao+diz+advogado+de+Marcos+Valerio.html>> Acesso em 02 out. 2011.

TERRA, Redação. **Mensalão não é caixa dois, diz relator de CPI.** Terra.com. Disponível em: <<http://noticiasco.terra.com.co/tecnologia/interna/0,,OI940882-EI5297,00.html>> Acesso em 03 de out. 2011.

TERRA, Redação. **Morre o deputado federal Enéas Carneiro.** Terra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1596231-EI7896,00-Morre+o+deputado+federal+Eneas+Carneiro.html>> Acesso em 25 set. 2011.

TERRA. Senado: **CCJ rejeita financiamento publico de campanha**. Terra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5311162-EI7896,00-Senado+CCJ+rejeita+financiamento+publico+de+campanha.html>> Acesso em 5 out. 2011.

VIANNA. André, Jubé. **Comissão do Senado aprova financiamento público para campanhas**. Estadão. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,comissao-do-senado-aprova-financiamento-publico-para-campanhas,702134,0.htm>> Acesso em 09 set. 2011.

WIKIPÉDIA. **Anexo: Cronologia dos desenvolvimento da crise política do governo Lula em 2005**. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronologia\\_dos\\_desenvolvimentos\\_da\\_crise\\_pol%C3%ADtica\\_do\\_Governo\\_Lula\\_em\\_2005#Agosto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Cronologia_dos_desenvolvimentos_da_crise_pol%C3%ADtica_do_Governo_Lula_em_2005#Agosto)> Acesso em 06 out. 2010.